



DA SALMODIA EXCLUSIVA¹

O significado de “Salmos” no contexto dos Padrões de Westminster por Chris Coldwell².

Para muitos, talvez seja surpreendente que tanto debate se concentre no significado da frase “canto de salmos” utilizada pela Assembleia de Westminster no Capítulo 21.5 da Confissão de Fé. Ao longo da história, diversas Igrejas, ao se sentirem amparadas pelas Escrituras, modificaram seus padrões doutrinários para ampliar o repertório de louvores cantados no culto a Deus, incluindo hinos não–inspirados³. Se de fato existe um mal–entendido, ele certamente já se arrasta por muito tempo. Por outro lado, é possível que os oponentes à hinódia não–inspirada no culto público estejam “exagerando” ao interpretar a Confissão como um documento que defende a Salmodia Exclusiva [objetam àqueles que são contra a Salmodia Exclusiva]. É verdade que **“a Confissão autoriza apenas o canto de salmos no culto público”**, caso a conclusão deste artigo esteja correta [e está!]. No entanto, concluir que os teólogos o fizeram por causa de um princípio de Salmodia Exclusiva que se desenvolveu através das “guerras de culto” nos séculos subsequentes a Westminster vai além do que as informações disponíveis permitem afirmar. O fato de alguns dos teólogos não defenderem a Salmodia Exclusiva, como a conhecemos hoje, pode explicar por que alguns buscaram em fontes externas às produções da Assembleia uma interpretação mais ampla de “canto de salmos”.

¹ Chris Coldwell. “Psalmody – The Meaning of Psalms in the Context of the Westminster Standards” — <https://www.semperreformanda.com/the-regulative-principle-of-worship/the-regulative-principle-of-worship-articlesindex/the-meaning-of-psalms-in-the-context-of-the-westminster-standards-by-c-coldwell/> Acessado em 2024.

² Veja a resenha do trabalho de Nick Needham na página 201 desta edição de “The Confessional Presbyterian”.

³ Os Batistas Calvinistas (1689) mudaram sua Confissão para ler: — “ensinando e admoestando uns aos outros em salmos, hinos e cânticos espirituais”, a PCUSA (1789) autorizou hinos não–inspirados através de sua revisão do Diretório para o Culto Público de Deus, e a ARP (1946) aprovou a validade do canto de hinos evangélicos e, posteriormente, acrescentou uma nota à Confissão refletindo isso em 1959.





Ao consultarmos o “Oxford English Dictionary”, encontramos duas definições principais para o termo **“salmo”**: — uma geral e outra específica. De maneira geral, o termo se refere a **“qualquer canção sagrada que é ou pode ser cantada em adoração religiosa; um hino, especialmente no contexto bíblico”**. Já a definição específica define “salmo” como **“qualquer uma das canções ou hinos sagrados dos antigos hebreus que juntos formam o Livro dos Salmos; uma versão ou paráfrase de qualquer um desses, especialmente quando cantado (ou lido) em culto público ou privado”**. Como já observado, parece que as Igrejas ao longo dos anos entenderam o termo em seu sentido específico ao modificarem seus padrões doutrinários. No entanto, como essa interpretação pode estar equivocada, simplesmente afirmar uma definição não será suficiente para convencer os opositores.

Controvérsias recentes demonstram os perigos de recorrer a escritos individuais dos teólogos de Westminster ou a outros escritos contemporâneos para tentar impor intenções ou significados às suas produções. No entanto, existe uma abordagem razoável e bastante persuasiva que identifica claramente o que os teólogos queriam dizer com “salmo” no capítulo 21.5 da Confissão de Fé de Westminster, sem precisar recorrer a fontes externas ao seu trabalho ou correr o risco de fazer afirmações anacrônicas sobre a suposta exclusividade salmodista da Assembleia.

Pode-se argumentar que, como assembleia, os teólogos de Westminster autorizaram o canto de apenas os 150 Salmos no culto público para os três reinos que suas deliberações pretendiam abranger. Essa posição não entra em conflito com a conclusão de Nick Needham⁴: — **“A única**

⁴ Rev. Dr. Nick Needham é um ministro batista de Londres. Ele possui os graus de BD e PhD pela Universidade de Edimburgo. Nick ingressou no corpo docente da “Highland Theological College” (HTC) em 1999. Desde 2004 ele também é ministro da Igreja Batista Reformada de Inverness. Lecionou na Escócia, na Universidade de Edimburgo e no “Scottish Baptist College”,





suposição lógica que podemos fazer é que as únicas formas de culto que Westminster realmente estabelece como autorizadas por Deus na Escritura são as únicas que os teólogos de Westminster acreditavam serem assim autorizadas⁵”.

As “guerras de culto” sobre o conteúdo das canções de adoração ainda não haviam começado, e a questão duvidosa sobre o que mais poderia ter sido incluído no repertório simplesmente não foi abordada. Isso não significa que os teólogos estavam sendo proféticos ao usar o termo de forma imprecisa e genérica para “cobrir” futuras controvérsias. Não; eles foram muito precisos. **“Eles simplesmente autorizaram aquilo que todos concordavam ser uma prática bíblica: — cantar os 150 Salmos de Davi. Essa conclusão pode ser confirmada ao se analisar unicamente o trabalho e os documentos oficiais da própria Assembleia de Westminster”.**

1 – Salmo versus salmo — Uma questão de maiúscula ou minúscula.

Antes de prosseguirmos, vale a pena discutir se o uso de “s” maiúsculo ou minúsculo tem alguma influência na intenção dos teólogos. Brian Schwertley comenta sobre o termo “salmo” no capítulo 21.5, afirmando que alguns gostam de ressaltar que a palavra não está capitalizada⁶, como se isso

e também na África. Nick publicou vários livros, os dois primeiros na área de História da Igreja Escocesa. Seu principal projeto editorial é uma série de história geral da Igreja intitulada “2.000 Anos do Poder de Cristo”. Os primeiros três volumes cobrem os primeiros Pais da Igreja, a Idade Média e a Renascença e a Reforma. O quarto volume, “A Era do Conflito Religioso”, foi publicado em 2016.

⁵ Nick Needham, “Westminster and Worship: Psalms, Hymns? and Musical Instruments?”, in J. Ligon Duncan, ed., *The Westminster Confession into the 21st Century: Essays in Remembrance of the 350th Anniversary of the Westminster Assembly* (2004; rpt. Mentor Print of Christian Focus Publications: Fearn, Ross–Shire, Scotland, 2005) 2.247f.

⁶ Capitalizar refere-se ao uso de letras maiúsculas em uma palavra ou frase. Quando uma palavra é capitalizada, significa que a primeira letra da palavra é uma letra maiúscula, enquanto as outras letras são minúsculas. Isso é comumente usado para destacar uma palavra ou para indicar que ela é um substantivo próprio.





provasse que é usada em um sentido vago e genérico. O problema com esse argumento é o simples fato de que os autores dos Padrões de Westminster somente usavam **“Salmos”** com letra maiúscula quando se referiam ao título completo do livro bíblico⁷ — **“Livro dos Salmos”**.

Daniel F. N. Ritchie, seguindo Schwertley, argumenta da seguinte forma: — **“É claramente evidente que quando os teólogos de Westminster se referiam ao título do Livro de Salmos, usavam o ‘s’ maiúsculo. No entanto, quando se referiam a um salmo individual ou a um saltério (livro de salmos), não usavam o ‘s’ maiúsculo. Portanto, o fato de a palavra ‘salmo’ não ser escrita com a letra maiúscula na Confissão de Westminster não prova que ela se referia a outras músicas fora do Livro de Salmos⁸”**.

Na opinião deste escritor, fazer um argumento de um jeito ou de outro não é determinante de nada. O fato é que as edições dos Padrões variam em seu uso. Na primeira edição com provas bíblicas, na Confissão de Fé (21.5), o termo está em maiúscula, o que invalidaria aqueles que usariam a grafia

⁷ Brian Schwertley, *Sola Scriptura And the Regulative Principle of Worship: Appendix B. The Neo–Presbyterian Challenge to Confessional Presbyterian Orthodoxy: A Biblical Analysis of John Frame’s Worship in Spirit and in Truth*. Este está online em http://www.reformed.com/pub/sola_b.htm. Mr. Schwertley aparentemente está dirigindo esta crítica a Stephen Pribble, que escreve: — “A Confissão de Fé de Westminster, ao enumerar as ‘partes do culto religioso ordinário de Deus’, lista ‘o cantar salmos com graça no coração’ (21:5). É digno de nota que o termo ‘salmo’ é usado em seu sentido geral de ‘qualquer cântico sagrado [...] cantado no culto religioso’ (Oxford English Dictionary); a Confissão não especifica ‘cantar Salmos’ ou ‘cantar salmos’”. Em uma nota de rodapé, ele elabora: — “Os salmodistas exclusivos argumentam bem que a prática dos próprios teólogos de Westminster era a exclusiva salmodia. Mas mesmo concedendo isso, continua verdadeiro que a redação final que eles adotaram foi ‘cantar salmos’, não ‘cantar Salmos’ ou ‘canto dos Salmos’. Dado a sua tendência a supercapitalizar (por exemplo, Ateísmo, Batismo, Divindade, Idolatria, Sagradas Escrituras, Rei, Mediador, Pecado Original, Sacerdote, Profeta, Juiz Supremo, Fiador, Trindade, Virgem Maria etc.), isso torna a escolha da letra minúscula ‘s’ em ‘salmos’ ainda mais significativa. Os presbiterianos não estão vinculados pela prática dos teólogos, mas pela redação da Confissão. Stephen Pribble, “O Princípio Regulador e o Canto no Culto”, online em <http://www.all-of-grace.org/pub/pribble/hymnsing.html>. Como demonstrado, não há uma base sólida para esse argumento. O mesmo se aplica à ausência do artigo definido “the” [o/a], que também ocorre na seção “Sobre o Canto dos Salmos” do Diretório [de Adoração Pública].

⁸ F. N. Daniel Ritchie, “The Regulative Principle of Worship – Explained and Applied”, Longwood, Fla.: Xulon Press, 2007, p. 175 – 176.





em minúscula para argumentar pelo sentido geral de “salmo”. No manuscrito do Diretório de Culto apresentado à Casa dos Lordes, não está claro se há alguma distinção no caso em que a palavra “salmo” é usada na seção sobre “Canto de Salmos⁹”, e em uma das primeiras edições publicadas, a palavra está em maiúscula em todas as instâncias, o que obvia a tentativa desnecessária de responder à primeira afirmação¹⁰. Além disso, como demonstrado em outros lugares, os impressores costumavam determinar o uso quanto aos acidentes do texto, como a maiúscula¹¹. Naquela época, era comum usar letras maiúsculas em excesso, o que incluía a palavra “salmo”. Essa prática, no entanto, foi abandonada de maneira uniforme pela primeira vez na edição de E. Robertson, em 1756¹². Portanto, a discussão sobre “S” maiúsculo versus “s” minúsculo não esclarece o significado real da palavra “salmo” na Confissão de Fé (21.5).

2 – “Salmo” no contexto dos Padrões de Westminster.

Para compreender o significado dado pela Assembleia ao termo “salmo”, é preciso analisar o contexto em que foram

⁹ Rascunho manuscrito de um Diretório para jejum e ações de graças e Do Canto dos Salmos. Chad Van Dixhoorn não observa o último como incluído no manuscrito, mas segue o diretório de agradecimento no final do rascunho, que é a cópia da Câmara dos Lordes (MP 1 Jan 1644/45). Chad B. Van Dixhoorn, “Bibliografia Cronológica dos manuscritos e papéis publicados da Assembleia de Westminster”, em “Reformando a Reforma: Debate teológico na Assembleia de Westminster, 1643 – 1652”, Dissertação de doutorado, Universidade de Cambridge, 2004, item 66, 1.370. O Dr. Van Dixhoorn observa que os principais papéis da Casa dos Lordes estão arquivados no Arquivo da Casa dos Lordes, e os documentos relacionados a Westminster estão nos Relatórios de Manuscritos Históricos 4 – 7, arquivados por data, que não é necessariamente a data correta de escrita (1.362).

¹⁰ See the editions of the Confession of Faith and the Directory for Worship in Westminster Standards: Limited Anniversary Edition. CD version (Audubon, N.J.: Old Paths Publications, 1997).

¹¹ Chris Coldwell, “Examinando o Trabalho de S. W. Carruthers: Justificando uma Abordagem Crítica ao Texto dos Padrões de Westminster e Corrigindo a Linhagem do Texto Tradicional do Século XVIII”, *The Confessional Presbyterian* 1 (2005).

¹² A Confissão de Fé etc. (Edimburgo: E. Robertson, 1756). As edições anteriores do século 18 colocam “Salmos” em maiúscula em 21.5. É o caso das importantes edições de Dunlop (1719) e Lumisden e Robertson (1728; 1736; 1744). A edição presbiteriana reformada de 1725 (a rival da coleção de padrões escoceses de Dunlop) e reimpressões posteriores também mantiveram a capitalização dos Salmos (As Confissões de Fé, Catecismos etc. [Edimburgo: Lumisden e Robertson, 1725; 1739]; As Confissões etc. [Glasgow: John Bryce, 1764, 1785]).





elaboradas suas diversas produções. É crucial, portanto, entender o princípio orientador estabelecido no Pacto e Liga Solenes, no qual os signatários se comprometiam a “... **esforçar-se para levar as Igrejas de Deus nos três reinos à mais próxima união e uniformidade em religião, Confissão de Fé, Forma de Governo da Igreja, Diretório de Adoração e Catequização; para que nós e nossa posteridade, como irmãos, possamos viver em fé e amor, e o Senhor se deleite em habitar entre nós**”. A Assembleia tinha um plano para o seu trabalho.

- Confissão de Fé: — Uma declaração de crenças compartilhadas.
- Forma de Governo da Igreja: — A estrutura e organização da Igreja.
- Diretório de Adoração: — Orientações para a prática do culto.
- Catequização: — Um material para ensino religioso.

3 – O Diretório para o Culto Público.

O primeiro documento produzido pela Assembleia foi o “**Diretório para o Culto Público de Deus**”, que declara: — “**É dever dos cristãos louvar a Deus publicamente, cantando salmos em conjunto na congregação e também em particular na família. Ao cantar salmos, a voz deve ser ordenada de forma afinada e solene, mas o principal cuidado deve ser cantar com compreensão e com graça no coração, fazendo melodia ao Senhor. Para que toda a congregação possa participar, todo aquele que sabe ler deve ter um livro de salmos [...]**”.

O Diretório foi finalizado no final de 1644 e aprovado em janeiro de 1645. As seções que tratam da adoração pública incluem: — “**Da Leitura Pública das Sagradas Escrituras. Da Pregação da Palavra. Do Sacramento do Batismo. Do Sacramento da Ceia do Senhor. Do Jejum Público**





Solene. Da Observância dos Dias de Ação de Graças Pública. Do Canto dos Salmos”.

- Da Leitura Pública das Sagradas Escrituras.
- Da Pregação da Palavra.
- Do Sacramento do Batismo.
- Do Sacramento da Ceia do Senhor.
- Do Jejum Público Solene.
- Da Observância dos Dias de Ação de Graças Pública.
- Do Canto dos Salmos.

4 – O Saltério — Proposta de um Saltério oficial.

No que diz respeito à “Seção do Canto dos Salmos”, a ideia de publicar um Saltério aprovado para o culto público foi proposta pela primeira vez no final de 1643, um ano antes da conclusão do Diretório. O registro histórico relata: — **“A primeira coisa feita esta manhã foi Sir Benjamin Rudyard apresentar uma ordem da Câmara dos Comuns, na qual eles solicitavam nosso conselho sobre se os Salmos do Sr. Rous não poderiam ser cantados nas Igrejas; e, debatendo-se isso, foi finalmente remetido às três Comissões, para que cada uma tomasse cinquenta Salmos¹³”.**

No Diretório, expressa-se a preocupação de que **“todo aquele que sabe ler”** deva ter um livro de salmos, que naquele momento se referia à produção pretendida pela Assembleia. Um dos princípios orientadores era que a nova paráfrase prevista fosse fiel à língua original (Hebraico); outro, era que ela não conteria nada além dos 150 Salmos. Antes desta época na Escócia, a prática tinha sido o canto exclusivo ou quase exclusivo de salmos no culto público. Saltérios anteriores incluíam o que eram chamados de

¹³ Lightfoot's Journal, 22 de novembro de 1643 citado em The Letters and Journals of Robert Baillie, AM, ed. David Laing, esq. (Edimburgo: Impresso para Robert Ogle, [1841 – 1842]) 3.536 – 3.537.





“conclusões”, e alguns “outros cânticos das Escrituras”, e doxologias; mas “essas eram várias introduções pelos impressores e não eram autorizadas pela própria Igreja Escocesa”. O caso apresentado há mais de um século pelo antiquário escocês David Hay Fleming ainda é válido, de que é muito duvidoso que os outros cânticos das Escrituras fossem usados no culto público na Escócia¹⁴.

Por outro lado, as **“conclusões”** e a **“Gloria Patri”¹⁵**, nenhuma das quais tinha aparentemente mais base oficial

¹⁴ David Hay Fleming, “The Hymnology of the Reformation”, *Original Secession Magazine* (janeiro–junho e setembro de 1884). Isto foi reimpresso em “An Anthology of Presbyterian & Reformed Literature 4” (1991) 223 – 246. Como exatamente entender o fato de que a Assembleia Geral Escocesa aprovou um projeto para traduzir as “outras canções das Escrituras” em métrica, ao mesmo tempo em que trabalhavam para melhorar o Saltério da Assembleia de Westminster, que acabariam por adotar em 1650, é repleto de dificuldades, uma vez que as atas originais não existem mais. Claramente não era um projeto tão sério quanto o Saltério e pode-se duvidar se a intenção original era que fosse para o culto público, especialmente porque eles não tinham sido usados antes daquela época, como demonstrado por Hay Fleming. Alguns usaram este fato para argumentar que Kirk estava aberto a expandir o seu “corpus” de canções, mas que este projeto em particular falhou devido ao fraco mérito do resultado final (William Annan, *Letters on Psalmody – A Review of the Leading Arguments for the Exclusive Use of the Book of Psalms*, Philadelphia, Pa.: W.S. & A. Martien, 1859, p. 134). Se fosse o desejo do Kirk escocês fazê-lo, ainda era com a compreensão de que o material deveria ser uma Escritura inspirada. Não há nenhum indício em qualquer material existente da Assembleia dos teólogos de que eles alguma vez discutiram se as outras canções das Escrituras deveriam ser cantadas em adoração. Este projeto de “outra canção bíblica” precisa de ser interpretado primeiro no contexto do Kirk Escocês, antes de tentar torná-lo interpretativo da intenção da Assembleia. Na verdade, é possível que o projeto tenha falhado precisamente porque não se enquadrava na visão de uniformidade estabelecida pela Liga e Aliança Solenes. Andrew Edgar writes in *Old Church Life in Scotland – Lectures on Kirk-session and Presbytery Records*, London: Alexander Gardner, 1885, p. 79: — “É possível que o trabalho do Sr. Boyd não tenha sido considerado muito satisfatório, pois suas rimas das Escrituras não possuem a melodia da poesia de Milton. No entanto, independente da qualidade do seu trabalho, a deferência para com os presbiterianos ingleses em 1650 e o surgimento de problemas preocupantes no reino logo em seguida foram suficientes para justificar o abandono temporário do projeto de compilação. Após o fim do grande sonho de uniformidade com a Inglaterra na doutrina, adoração e governo da Igreja, e com a Igreja da Escócia restabelecida na Revolução sobre sua antiga base nacional presbiteriana separada, a atenção da Assembleia Geral voltou-se novamente para o tema de cânticos bíblicos como um suplemento à versão métrica dos Salmos”.

¹⁵ O caso do “Gloria Patri” é interessante. Gillespie o cita em suas Notas e apresenta Calderwood defendendo o canto do hino porque Ambrósio e Hilário, apesar de sua rigorosa rejeição ao canto de qualquer canção composta por homens, cantavam o Gloria Patri (*Anthology*, 2.242). Gillespie corrigiu a leitura, observando que o cânon citado na verdade implicava que os dois não o cantavam. Isso parece sugerir que o acordo para deixar a prática cair em desuso se baseava no fato de que o hino não era inspirado. Como a reverência no púlpito foi rejeitada por falta de base escritural, talvez uma suposição adicional possa ser feita sobre hinos não–inspirados? Baillie, que defendia as “conclusões” com fervor, o fez como paráfrases das Escrituras (*Anthology*, 2.241, 246). E Hay Fleming observa: — “Em conclusão, é digno de nota que Baillie, Burnet e





do que as outras canções, provavelmente se tornaram lentamente costumes de cantar no culto desde a época em que a prelazia cresceu na Escócia até a Reforma de 1638¹⁶. O canto da doxologia e outro costume do ministro de se curvar no púlpito foram abolidos por falta de garantia nas Escrituras, o último oficialmente, o outro deixado como Gillespie observa **“para deixar que a prática caia em desuso e eventualmente seja abandonada”¹⁷**. As “conclusões” eram aparentemente cantadas comumente tanto por presbiterianos escoceses quanto por independentes ingleses. Apesar disso, Baillie afirma que elas foram abandonadas porque o **“partido papista e prelático adorava tanto a prática”**. No entanto, Hay Fleming, citando Livingstone, sugere que pode ter havido uma objeção mais comum às “conclusões” entre a população escocesa¹⁸. Seja qual for o motivo, o resultado é que foi acordado abandoná-las no novo Saltério.

5 – A Confissão de Fé.

A última parte da Confissão de Fé, incluindo o capítulo 21, foi concluída em dezembro de 1646 e aprovada na Escócia em 27 de agosto de 1647. Não surpreendentemente, as partes do culto que eles articulam correspondem às seções do Diretório. As partes ordinárias do culto são: — **“A Leitura das Escrituras com temor piedoso; a pregação sólida e audição conscienciosa da Palavra; o canto dos Salmos com graça no coração; a devida administração e digno recebimento dos sacramentos instituídos por Cristo”**.

Edwards, ao defenderem a doxologia, sustentavam que ela tem fundamento nas Escrituras. Além disso, Baillie, em sua conversa com os camponeses que se recusavam a cantá-la, disse: — ‘Nós a temos quase que integralmente em uma canção espiritual, pois cada porção dos Salmos, quando corretamente subdividida, é um hino espiritual completo para nós’. Isso pode ser interpretado como uma indicação do que aquele ardente defensor da doxologia entendia pelos termos Salmos, hinos e canções espirituais” (Anthology, 2.246).

¹⁶ Hay Fleming, Anthology, 4.237.

¹⁷ Anthology, 4.242.

¹⁸ Anthology, 4.241.





E as partes extraordinárias são: — **“Juramentos e votos religiosos; jejuns e ações de graças solenes”**.

Esta é a passagem disputada onde alguns desejam ampliar o significado do termo “salmo” para além de uma referência estritamente aos 150 Salmos de Davi. No entanto, tendo em mente o trabalho da Assembleia como um todo, e no contexto do objetivo de uniformidade de culto conforme estabelecido pela Liga e Aliança Solenes, **“não há razão para forçar outro significado sobre a frase ‘canto dos salmos’ em um documento em oposição ao outro”**. É muito claro que o Diretório está falando de um livro de Salmos, **“o Saltério que os teólogos produziram continha apenas os 150 Salmos, e as partes do culto apontadas na Confissão coincidem com aquelas articuladas no Diretório”**. Assim, **“a leitura e referência natural no contexto completo do trabalho da Assembleia é ao canto dos 150 salmos de Davi como aquilo que foi autorizado para o culto público de Deus nos três reinos”**. Novamente, tem que ser mantido em mente que o trabalho da Assembleia foi um acordo global delineado pela Liga e Aliança Solenes, e cada produção não é algo separado a ser interpretado sem contexto. Mais além, para ilustrar este argumento, a ligação do Diretório ao Saltério de apenas os 150 Salmos, e ambos à Confissão, em conformidade com o esforço para a uniformidade na religião, é confirmada pelos comissários escoceses à Assembleia de Westminster. Gillespie disse o seguinte em seu discurso na reunião de agosto de 1647 da Assembleia Geral Escocesa: — **“Para o próximo Chefe da nossa Comissão, como sabeis, o Diretório para o Culto foi estabelecido há muito tempo pelos Parlammentos de ambos os reinos. Confesso que ainda não é observado por todos lá como deveria ser, mas é observado por muitos, para o grande bem daquela terra. Ao assunto dos Salmos, apenas adicionaremos que todos concordam com a necessidade de mudar a**





antiga paráfrase. Esta nova paráfrase foi feita por um Cavaleiro muito capaz para o propósito, mas depois foi revisada por um Comitê da ‘Assembleia de Teólogos’, de acordo com o original, e foi aprovada por toda a Assembleia¹⁹”.

Baillie, em seu discurso perante a Assembleia em 6 de agosto de 1647, observa: — **“Fiquei feliz por ser portador de uma Confissão de Fé; também de um Saltério, o qual, pelo que sei, custou à Assembleia considerável trabalho e, provavelmente, será uma parte necessária da uniformidade dos três reinos²⁰”**.

E, finalmente, em um documento dos Comissários Escoceses para a Assembleia de Westminster ao Grande Comitê de Londres, datado de 29 de dezembro de 1646, e posteriormente apresentado por Baillie à Comissão da Assembleia Geral em janeiro de 1647, está escrito: — **“Pelo que, em cumprimento dos objetivos do Pacto, na execução da confiança que nos foi delegada, bem como para que alguns de nós que agora devem retornar à Escócia possam prestar contas ao Parlamento daquele reino e aos Comissários da Assembleia Geral em Edimburgo (ambos agora reunidos), aproveitamos esta ocasião (sem a menor pretensão de prescrever caminhos ou impor condições) para renovar nossos mais sinceros desejos às Honoráveis Casas do Parlamento e à venerável Assembleia de Teólogos em prol, que todo o cuidado possível seja tomado, e maior diligência seja empregada, para acelerar a Reforma e Uniformidade iniciadas, para suprir e completar as partes que ainda faltam, e para efetivar o que já foi acordado. Mais particularmente, desejamos que algum curso eficaz seja fornecido por decreto do Parlamento**

¹⁹ Citado em Baillie, 3.451.

²⁰ Baillie, 3.12.





para a realização do Pacto e Aliança Solenes, por todas as pessoas, assim como em todos os lugares deste reino, e que alguma penalidade ou punição considerável (aquela que as Honoráveis Casas, em sua sabedoria, julgarem adequada) seja designada para aqueles que se recusarem a aceitá-la (e mais ainda para aqueles que a reprovarem ou falarem contra ela); e que, pela autoridade de ambas as Casas do Parlamento da Inglaterra, o Pacto, a Confissão de Fé, o Diretório de Culto, a Forma de Governo e os Catecismos sejam estabelecidos na Irlanda, assim como na Inglaterra, de acordo com o primeiro artigo do Pacto e Aliança Solenes. Desejamos também que o Catecismo (agora perante a Assembleia de Teólogos) seja aperfeiçoado tão logo quanto possível; que a Confissão de Fé seja estabelecida pela autoridade do Parlamento e imediatamente depois enviada à Escócia (como foi o Diretório de Culto), para ser acordada por aquela Igreja e reino, sendo a parte principal daquela ‘Uniformidade na Religião’, pela qual ambos os reinos estão obrigados pelo Pacto a se esforçar; que se tomem medidas para a melhor observância do Diretório de Culto, o qual é, em muitos lugares deste reino, totalmente ou em diversos pontos materiais negligenciado. E porque o canto dos Salmos nas Igrejas é parte do culto público a Deus, desejamos que a Paráfrase dos Salmos em métrica, tal como é agora examinada, corrigida e aprovada pela Assembleia de Teólogos aqui, e pelos Comissários da Assembleia Geral na Escócia, possa de igual forma ser autorizada e estabelecida por decreto do Parlamento²¹”.

²¹ Veja “As Atas das Comissões das Assembleias Gerais da Igreja da Escócia Realizadas em Edimburgo nos Anos de 1646 e 1647”. Editadas a partir do Manuscrito Original por Alexander F. Mitchell, D.D., LL.D. e James Christie, D.D. com uma Introdução do primeiro [Mitchell], Edimburgo: Impresso na University Press por T. e A. Constable para a Scottish History Society, 1892, p. 182 – 183. Veja também Baillie, 3.540, onde a última parte sobre o Saltério é citada. Já foi observado que o uso de maiúsculas não é um guia seguro para o significado, mas curiosamente Mitchell, como citado acima, não usa maiúscula para a palavra “salmo” em ambas as ocorrências, enquanto Laing o faz em sua transcrição apresentada nas Cartas e Diário de Baillie. Laing, que também editou as Obras de Knox e outros materiais similares a partir de





O fato de a “Paráfrase dos Salmos” da Assembleia, a qual não sofreu nenhuma alteração além de sua aprovação, ser utilizada para atender à necessidade de “cantar salmos” parece confirmar o uso específico do termo “salmo” ao invés de um uso mais geral para significar qualquer cântico espiritual. Confirmar o sentido claro empregado pelos teólogos a partir do contexto do seu trabalho e dos documentos produzidos é uma abordagem suficientemente razoável e conclusiva para determinar o significado pretendido. Isso evita a necessidade de contabilizar opiniões externas para tentar adivinhar o que eles “poderiam” ter querido dizer com “salmo” na Confissão de Fé (21.5)²².

Síntese:

O texto discute o significado e a interpretação da frase “canto dos salmos” no contexto dos Padrões de Westminster, especialmente no Capítulo 21.5 da Confissão de Fé. Há uma longa história de debates sobre se a Confissão autoriza exclusivamente o canto dos 150 Salmos de Davi no culto público ou se permite uma variedade mais ampla de hinos não–inspirados. Embora alguns argumentem que a grafia em maiúscula ou minúscula da palavra “salmo” seja relevante, o autor sugere que isso não é determinante. Ele examina o contexto histórico da Assembleia de Westminster e sua produção do Diretório de Culto e do Saltério, concluindo que os teólogos autorizaram apenas o canto dos Salmos de Davi nos três reinos. Documentos e discursos dos comissários escoceses confirmam essa interpretação. O texto enfatiza a

manuscritos, obteve as Atas em MS para seu trabalho preparando os diários de Baillie para publicação, e os manteve em sua posse por quase cinquenta anos, até que Mitchell providenciou obtê-los para seu trabalho, o que fez pouco depois da morte de Laing. Ambos os homens, trabalhando a partir do manuscrito das Atas das Comissões, buscaram reproduzir o texto com precisão em relação à ortografia e ao uso de maiúsculas, o que indica, talvez, que possa haver dificuldade em determinar se, neste caso, o “s” [em salmo] é maiúsculo ou minúsculo em ambas as instâncias.

²² From, Frank J. Smith with Chris Coldwell, “The Regulative Principle of Worship: Sixty Years in Reformed Literature. Part Two (2000 – 2007)”, The Confessional Presbyterian 3 (2007) 211 – 213, 303. Copyright (c) 2007 The Confessional Presbyterian and Chris Coldwell, reproduced with permission.





importância de entender o contexto completo do trabalho da Assembleia para uma interpretação adequada dos Padrões de Westminster.

Resumo detalhado com conclusões.

1 – Introdução ao debate:

- Destaca a longa história de debates em torno do “canto dos salmos” na Confissão de Fé de Westminster (21.5).
- Observa a tendência de algumas Igrejas em expandir o conceito de louvor para além dos Salmos.

2 – Contextualização histórica:

- Examina a evolução das práticas de louvor desde a Assembleia de Westminster até os dias atuais.
- Considera como as mudanças teológicas e as “guerras de culto” influenciaram a compreensão e prática do culto público.

3 – Grafia e interpretação:

- Debate sobre a grafia da palavra “salmo” na Confissão, discutindo o impacto das maiúsculas e minúsculas na interpretação.
- Apresenta diferentes perspectivas sobre a interpretação do termo, levando em conta práticas históricas e convenções tipográficas.

4 – Trabalho da Assembleia de Westminster:

- Analisa os documentos produzidos pela Assembleia, como o Diretório de Culto e o Saltério, em relação ao canto dos salmos.
- Destaca a busca por uniformidade na religião nos três reinos abrangidos pelas deliberações da Assembleia.





5 – Confirmação por documentos e discursos:

- Cita discursos e correspondências dos comissários escoceses que endossam a interpretação restrita do canto dos salmos.
- Mostra como a aprovação da “Paráfrase dos Salmos” pela Assembleia confirma a interpretação específica do termo “salmo”.

6 – Importância do contexto completo:

- Enfatiza a necessidade de considerar o contexto geral do trabalho da Assembleia para uma interpretação precisa dos Padrões de Westminster.
- Conclui que a interpretação restrita dos 150 Salmos de Davi como autorizados para o culto público é fundamentada no contexto histórico e nos documentos produzidos pela Assembleia.

7 – Conclusões em destaque:

- A interpretação restrita do “canto dos salmos” na Confissão de Westminster é respaldada pelo contexto histórico e pelos documentos produzidos pela Assembleia.
- A busca por uniformidade na religião durante a Assembleia enfatizou a importância de limitar o louvor ao cântico dos Salmos de Davi.
- O debate em torno do canto de salmos continua relevante para as Igrejas e acadêmicos interessados na Teologia Reformada e na prática do culto público.

Paz e graça.
Pr. Dr. Plínio Sousa²³.

²³ Tradutor: — revisor, notas e significações.

